

Ensaio

Recreio e adolescências: as práticas de lazer na escola¹

Recess and adolescences: leisure practices in school

Recreo y adolescencias: prácticas de ocio en la escuela



Leandro Soares Assunção Rafael

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
e-mail:rafael.leandrosa@gmail.com



Guilherme Carvalho Franco da Silveira

Universidade Federal de Minas Gerais – (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
e-mail: gcfs@ufmg.br



Elisângela Chaves

Universidade Federal de Minas Gerais – (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
e-mail: elischaves@hotmail.com

Resumo: A presente pesquisa, de caráter qualitativo, tem como objetivo investigar as experiências de adolescentes no recreio de uma escola pública de Ensino Fundamental, para compreender as condições, as relações sociais, as necessidades, os desejos e os sentidos atribuídos a esse tempo pelos sujeitos. A pesquisa envolveu um questionário e uma entrevista semiestruturada, e desvelou uma proposta da escola limitada a restrições de atividades e espaços, questionada e ressignificada pelos adolescentes, que reivindicam mudanças. Os achados, em diálogo com a literatura acadêmica, questionam o processo de constituição, planejamento e mediação do recreio escolar e o seu sentido na formação humana dos sujeitos.

Palavras-chave: Escola; Recreio; Lazer; Adolescências.

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

Abstract: The present qualitative research aimed to investigate the experiences of adolescents during the recess time in a Brazilian public school, to understand the conditions, social relations, needs, desires and meanings attributed to that time by the subjects. The research involved an online questionnaire and a semi-structured interview and revealed a school proposal limited to restrictions on activities and spaces, which is questioned and re-signified by the adolescents, who demand changes. The findings, in dialogue with the academic literature, question the process of constitution, planning and mediation of school recess and its meaning in the education of the subjects.

Keywords: School; Recess; Leisure; Adolescences.

Resumen: La presente investigación, de naturaleza cualitativa, tuvo como objetivo investigar las experiencias de adolescentes en el recreo de una escuela pública para comprender las condiciones, las relaciones sociales, las necesidades, los deseos y los significados atribuidos a ese momento por los sujetos. La investigación involucró un cuestionario y una entrevista semiestructurada, y reveló una propuesta escolar limitada a restricciones de actividades y espacios, que es cuestionada y resignificada por los adolescentes, que exigen cambios. Los hallazgos, en diálogo con la literatura académica, cuestionan el proceso de constitución, planificación y mediación del recreo escolar y su significado en la formación humana de los sujetos.

Palabras clave: Escuela; Recreo; Ocio; Adolescencias.

Submetido em: 14 de maio de 2023

Aceito em: 28 de junho de 2023

Introdução

Professor, por que a escola não tem material para nos emprestar no recreio?”, “Não estão me deixando jogar com eles no recreio”, “Porque as meninas não podem jogar no recreio?”, “As regras do recreio são injustas”, “O pessoal que joga no pátio está muito violento. Você me ajuda?”.

Essas são algumas das frases que cotidianamente escutamos de estudantes sobre o recreio. Associadas a relatos de experiências, nem sempre coerentes com as propostas político-pedagógicas das escolas, elas trazem indícios de que os tempos de recreio são um componente da vida escolar que estabelece tensões com a formação humana institucionalmente planejada. O desejo de crianças, adolescentes e jovens de apropriação dos tempos de intervalo para práticas de lazer significa uma demanda por espaços, materiais, experiências e mediação, para a qual as escolas nem sempre estão preparadas: por limitação de recursos materiais e humanos, e pela inexistência de uma proposta formal de organização, bem como de acompanhamento pedagógico para esses tempos.

A reflexão sobre os tempos na escola não preenchidos com atividades formais, isto é, os intervalos em que estudantes, dentro de limites de espaço, material e organização da escola, têm possibilidade de escolher como fruir seu tempo, ainda parece pouco explorada no cotidiano das escolas e na literatura acadêmica. Entretanto, as práticas culturais desenvolvidas nesses tempos podem configurar-se como experiências importantes no processo de formação humana de crianças, adolescentes e jovens e, por isso, precisam ser mais bem compreendidas. Ao mesmo tempo em que há demandas dos estudantes, não apenas por espaços e materiais, mas também por mediação, o recreio é geralmente organizado nas escolas como tempo de descanso dos professores, uma vez que a carga horária desses profissionais já é completamente ocupada com as aulas e atividades extraclasse, o que inviabiliza a disponibilização para mediar conflitos, desejos, valores e experiências.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (DCNEF) destacam que o currículo não se limita aos componentes curriculares e áreas de conhecimento, uma vez que

Valores, atitudes, sensibilidades e orientações de conduta são veiculados não só pelos conhecimentos, mas por meio de rotinas, rituais, normas de convívio social, festividades, visitas e excursões, pela distribuição do tempo e organização do espaço, pelos materiais utilizados na aprendizagem, **pelo recreio**, enfim, pelas vivências proporcionadas pela escola (grifo nosso) (Brasil, 2010, p. 3).

Na mesma direção, o parecer CEB 002/2003, que trata do recreio como atividade escolar, afirma que “as atividades livres ou dirigidas, durante o período de recreio, possuem um enorme potencial educativo e devem ser consideradas pela escola na elaboração da sua Proposta Pedagógica” (Brasil, 2003, p. 2). As DCNEF determinam que as ações pedagógicas sejam norteadas por princípios éticos, de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia, o que significa que o tempo de recreio também deve ser orientado por tais princípios. Apesar disso, o próprio parecer CEB 002/2003, deixa uma brecha para desresponsabilizar as escolas em relação ao recreio, quando estipula que

A Escola, ao fazer constar na Carga Horária o tempo reservado para o recreio, o fará dentro de um planejamento global e sempre coerente com sua Proposta Pedagógica [...] **sem a participação do corpo docente** não haverá o cômputo do tempo reservado para o recreio na Carga Horária do ano letivo (grifo nosso) (Brasil, 2003, p. 4).

Assim, escolas em que o tempo de recreio não está contabilizado nas quatro horas diárias, provavelmente porque não têm recursos humanos disponíveis para garantir o acompanhamento

do recreio de forma coerente com a proposta pedagógica ou porque entendem o recreio apenas como tempo de descanso entre as aulas e não como parte da sua missão, não precisam incluir esse tempo em seu planejamento. A questão que se apresenta é que, ainda assim, os estudantes estão no recreio, sob responsabilidade da escola, mas numa situação em que, de maneira geral, não será possível haver mediação para garantir que as experiências de recreio sejam formativas na mesma direção da proposta político-pedagógica da escola. Dessa maneira, compreender o que se passa nesses momentos pode ser importante para dar visibilidade ao recreio e mobilizar secretarias de educação e escolas para refletir sobre possibilidades de disponibilização de carga horária de docentes para mediar eventuais questões (de organização, violência física e simbólica, discriminação etc.) que os próprios estudantes não consigam resolver.

Pereira, Neto e Smith (2003) compreendem o recreio como uma pausa institucionalizada das disciplinas formais e um espaço para os estudantes estabelecerem relações de socialização, brincadeiras e práticas de interesse. Andrade (2020) entende o recreio como “um ambiente muito rico de manifestações culturais [em] que o estudante pode dispor de uma certa autonomia e liberdade para gerir as experiências desejáveis explorando sua criatividade e inventividade” (Andrade, 2020, p. 55). Por sua vez, Silva (2012) percebe o recreio como um “momento de maior liberdade de ação” (Silva, 2012, p. 80), enquanto Prates (2010) o conceitua como o momento em que “o aluno procura satisfazer seus anseios e necessidades voltados ao lazer” (Prates, 2010, p. 18). Tais conceitos, de acordo com as normativas que regem a educação brasileira, deveriam também incorporar a ideia de que as relações, as práticas e as experiências não podem acontecer num vácuo de princípios e orientações da escola.

Segundo Parente (2010), os tempos na escola possuem uma lógica de funcionamento conectada com as relações que se estabelecem e com as decisões, comportamentos, valores e interesses de diferentes atores (estudantes, gestores, docentes, funcionários, familiares). Nesse sentido, diferentes lógicas de funcionamento

desses tempos e, em particular, do recreio, em diálogo com diretrizes legais e com contextos, sujeitos, potencialidades e limites específicos de cada comunidade escolar, implicam diferentes (im) possibilidades de formação dos estudantes. Uma eventual negligência em relação ao recreio, apesar da riqueza e da complexidade de relações estabelecidas nesse tempo, pode significar a abertura para aprendizagens não desejadas, como demonstra a pesquisa de Wenez, Stigger e Meyer (2013), que identificou uma aprendizagem não-oficial e não-intencional nas brincadeiras de crianças no recreio, relacionada ao gênero e à sexualidade.

Essas reflexões iniciais, associadas a observações preliminares de adolescentes no recreio de uma escola pública, nos provocaram a investigar questões tais como: Como a escola e os adolescentes compreendem o recreio? Quais as manifestações culturais presentes no recreio escolar? Quais são as necessidades e os desejos, bem como os sentidos construídos por adolescentes sobre o recreio? Assim, o objetivo da presente pesquisa foi investigar as experiências de adolescentes do 9º ano, de uma escola da rede municipal de Belo Horizonte, buscando compreender o acesso, as relações sociais, as necessidades, os desejos e os sentidos atribuídos a esse tempo pelos sujeitos.

Metodologia de pesquisa

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, em que “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Kauark; Manhães; Medeiros, 2010, p. 26), foi desenvolvida em uma escola pública municipal de Belo Horizonte, que recebe principalmente moradores de um bairro de classe popular.

Dos 26 estudantes que participaram da pesquisa, 65,4% (17) se identificam com o gênero feminino e 34,6% (9) se identificam com o gênero masculino. Sobre a etnia, 69,2% (18) dos participantes se identificam como negros e 30,8% (8) se identificam como brancos. Os adolescentes tinham idade entre 14 e 16 anos e estavam, em média, há 6,7 anos estudando nesta mesma escola.

Em relação aos sujeitos da pesquisa, tendo em vista a diversidade de experiências, os diferentes contextos e formas de viver e de dar sentido à vida, adolescências e adolescentes são entendidos como conceitos construídos histórica e socialmente. Por isso, o termo adolescente, neste texto, não está vinculado a teorias que entendem a adolescência apenas como fase de mudanças fisiológicas e anatômicas que afetam, uniformemente, as vidas de todas as pessoas (Silva; Lopes, 2009). Steinberg e Silk (2002) destacam que a adolescência é muito mais influenciada pela maneira como a sociedade define os papéis econômicos e sociais dos sujeitos do que pelas mudanças biológicas do período, não sendo, portanto, um fato natural e universal. Por esse motivo, os sujeitos da pesquisa também não serão compreendidos a partir de “estereótipos generalizados e errôneos dos adolescentes como difíceis, opacionistas e mal-humorados que permeiam a cultura popular” (Steinberg; Silk, 2002, p. 103).

É importante destacar que entendemos que adolescentes vivem, na escola, no recreio e em suas vidas, diferentes adolescências, uma vez que, como destaca Dayrell, esses sujeitos

Constroem determinados modos de ser adolescente que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser adolescente nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser adolescente existentes (Dayrell, 2003, p. 42).

Para entender os diferentes modos de ser adolescente no recreio foi planejada, inicialmente, uma pesquisa que tinha observação participante, questionários e entrevistas semiestruturadas como técnicas de investigação, o que se tornou inviável com a pandemia de COVID-19 e o fechamento da escola, em março de 2020. Por esse motivo, a pesquisa se desenvolveu principalmente em ambiente virtual, em dois momentos: 1) coleta de dados por meio de um questionário virtual, para mapear práticas, espaços,

materiais e a compreensão dos estudantes sobre o recreio; 2) entrevista semiestruturada, para aprofundar as análises acerca da compreensão dos estudantes sobre o recreio.

Destaca-se ainda que o pesquisador esteve imerso na escola de agosto de 2018 a janeiro de 2020, pelo programa Residência Pedagógica, período no qual registrou, em diário de campo, observações relevantes sobre os tempos, os espaços, os sujeitos e a cultura da escola investigada. Assim, o presente estudo se baseou na triangulação das informações do questionário, das entrevistas e do diário de campo, sempre em diálogo com a literatura acadêmica.

Para iniciar a coleta virtual de dados, após uma reunião on-line inicial com estudantes e responsáveis, explicando a pesquisa, o pesquisador foi inserido no grupo de WhatsApp de estudantes do 9º ano da escola, no qual enviou um vídeo de um minuto, tratando sobre a pesquisa e indicando que os interessados em participar entrassem no grupo de WhatsApp intitulado “Pesquisa: Recreio na Escola”.

Devido ao baixo retorno (apenas quatro estudantes entraram no grupo), organizou-se outra estratégia de aproximação, enviando mensagens de WhatsApp individuais para cada estudante. Nesse processo, o suporte da direção e de docentes da escola foi fundamental para o incentivo e a legitimação da pesquisa com os estudantes, tendo chegado ao número de 26 participantes da pesquisa, de um total de 110 estudantes do 9º ano, que preencheram o questionário virtual. Após essa etapa, foi realizada uma entrevista semiestruturada com quatro estudantes que se disponibilizaram e compareceram às videoconferências agendadas.

A organização do recreio na escola

As aulas do período matutino ocorrem entre 7h e 11h20min, com o recreio entre 9h e 9h20min. Os espaços disponíveis para o recreio eram reduzidos, fazendo com que 600 crianças e adolescentes, do 5º ao 9º ano, acessassem apenas alguns lugares do

primeiro andar da escola (a cantina, o pátio em frente à cantina, o pátio de entrada próximo à portaria principal, as mesas de ardósia, o palco, a quadra e o pátio atrás da quadra).

Os estudantes não eram autorizados a utilizar as salas de aula, a biblioteca, a sala de informática e os corredores no segundo andar, e, no primeiro andar, não tinham acesso às salas de aula, ao jardim, ao estacionamento, à sala de docentes e a um espaço entre o portão secundário de entrada na escola e o pátio em frente à cantina². Segundo a gestão da escola, o não acesso era justificado devido a “problemas” com namoros, à falta de pessoas para acompanhar o recreio, para diminuir a possibilidade de roubos nas salas de aula e para aumentar a segurança dos estudantes.

A proposta de intervenção e organização do recreio parecia se limitar à interdição de alguns espaços e à presença de duas professoras coordenadoras que mediavam os conflitos do recreio, além de controlar práticas supostamente não adequadas ao espaço escolar. Durante o recreio, a escola disponibilizava aos estudantes apenas uma bola de futebol e uma de vôlei.

Em relação a essa organização e em diálogo com as normativas da educação, há autores que entendem que os recreios “deveriam constar nos projetos educativos da escola porque são espaços e tempos de escola, que fazem parte do processo de aprendizagem” (Cabrita, 2005, p. 35). Sendo tempo e espaço de liberdade relativa (uma vez que há diversos constrangimentos escolares), em que os estudantes podem realizar práticas de acordo com os seus interesses e necessidades (respeitando os limites das normas e tradições de cada escola), se faz necessário compreender o recreio como integrante da proposta pedagógica escolar e da formação humana dos sujeitos. Nesse sentido, parece importante lidar com o recreio para além da perspectiva de controle de espaços e práticas, para explorar seu “potencial educativo” (Brasil, 2003, p. 2) na direção da construção da autonomia dos sujeitos. Tal perspectiva, porém, parece esbarrar na limitação de recursos humanos, como era o

² Local bem escondido em relação aos demais, em que havia um portão de grade que impedia o acesso dos estudantes, para evitar os namoros. Era um espaço não aproveitado no recreio, que tinha potencial para realização de diversas práticas de interesse dos estudantes.

caso da escola pesquisada. Assim, as dificuldades e/ou ausência de mediação observadas são compreendidas, neste texto, a partir desse contexto concreto e não de uma ingênua responsabilização dos trabalhadores em educação, já tão sobrecarregados por condições precárias de trabalho.

Como afirmam Wenez, Stigger e Meyer (2013), o recreio pode ser compreendido como “um espaço de aprendizagem social, no qual as normas e as regras acerca de diferentes aspectos da cultura dos estudantes são apreendidas através de uma interação nem oficial nem curricular da escola” (Wenez, Stigger, Meyer, 2013, p. 119). Entretanto, conforme as normativas legais, essa aprendizagem precisa ser mediada pelos princípios da proposta político-pedagógica.

Tendo em vista certas características das práticas de lazer³ como sociabilidade⁴ e (relativa) espontaneidade, autonomia e liberdade, pode-se imaginar uma lógica de experimentação das atividades no recreio diferente dos tempos de aula. Nessa outra lógica, em que há mais espaço (do que nas aulas) para o protagonismo dos estudantes, as experiências construídas, de alguma maneira, participam da formação dos estudantes, mas não necessariamente na direção imaginada pelas escolas em seus projetos político-pedagógicos ou pelas DCNEF.

As práticas de lazer se configuram como ricas possibilidades de formação humana e de desenvolvimento paulatino da autonomia⁵, em que, no caso da escola, mesmo os conflitos carregam um rico potencial de intervenção pedagógica, na direção da valorização das diferenças individuais em relação a formas de ser, agir e pensar e na crítica a toda forma de discriminação, preconceito, violência (simbólica e física) ou exclusão. Na mesma direção, acredita-se que as práticas de lazer na escola, em certo contraste com

3 Lazer entendido como “uma necessidade humana e dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais” (Gomes; Elizalde, 2012, p. 82), em um tempo/espaço apropriado e/ou ressignificado por um sujeito ou grupo social (Silveira, 2019).

4 Utilizamos o conceito de sociabilidade de Simmel (1904), ou seja, “a forma lúdica da sociação”, cujo alvo não é nada além do sucesso do momento sociável e, quando muito, da lembrança dele

5 Autonomia é aqui definida como a extensão em que a criança ou adolescente está livre do controle de adultos em relação a formas de ser, pensar, sentir e agir, e vista mais como um realinhamento do que como um distanciamento ou rompimento de vínculos em relação a esses adultos (Steinberg; Silk, 2002).

a casa (lugar da homogeneidade mais do que da diversidade de modos de ser e de pensar o mundo), podem se constituir como manifestações de extrema importância para os adolescentes, que, apaixonados pela ideia de achar seu lugar na sociedade, estão incessantemente motivados para a busca da diversidade, da conexão social e da autonomia (Boyd, 2014).

Em alguns momentos, notou-se a presença de guardas municipais no interior da escola com o objetivo, segundo a gestão, de preservar o patrimônio público. Tais guardas tinham uma sala na escola onde deixavam seus pertences e, no momento do recreio, observou-se sua atuação como agentes reguladores em dois aspectos: intervinham em “atitudes indesejadas” dos estudantes e, no momento de término do recreio, sinalizavam com um apito na quadra, solicitando que os estudantes saíssem e os próprios guardas recolhiam o material emprestado pela escola.

De certa forma, a ação desses guardas era complementar à das duas professoras coordenadoras que ficavam no recreio, no sentido de controlar atitudes, práticas e espaços, e os adolescentes demonstravam incômodo com esses adultos como cerceadores de algumas de suas práticas. Por exemplo, um adolescente escreveu que um problema do recreio é a “educadora que atrapalha lançar passinho [funk]”. Nesse sentido, Silveira, Rafael e Rocha (2020) refletem sobre a importância da mediação a partir de uma perspectiva do diálogo e do recreio como espaço e tempo de aprendizagem e de construção da autonomia.

Nesse contexto, mesmo com o espaço limitado, constrangidos pelo olhar das coordenadoras e dos guardas, e com pouca materialidade, emergia uma diversidade de práticas de lazer. Os adolescentes levavam caixas de som, baralhos, notebooks, celulares e outros materiais para serem utilizados no recreio, e era possível identificar práticas como o jogo de baralho (nas mesas de ardósia), como o truco e o Uno, o futebol, predominantemente masculino, na quadra, as coreografias de funk no pátio atrás da quadra, diferentes práticas digitais nos celulares e notebooks,

grupos de conversas e risadas, as brincadeiras, como pegadores e “Polícia e ladrão” e as andanças de alguns adolescentes por todo o espaço disponível.

Muitos adolescentes não se contentavam com a ideia de intervalos apenas como momentos de reposição de forças para as próximas aulas e buscavam transformar tais tempos, produzindo práticas de lazer ou demandando da escola experiências que, por exemplo, possibilitassem a experimentação de práticas culturais que esses sujeitos não têm a oportunidade de vivenciar fora da escola. Assim, com espaço para a autonomia dos sujeitos, os recreios podem se constituir como momentos em que “as diferentes práticas de cultura e lazer em espaços sociais públicos podem ser consideradas como verdadeiros laboratórios, onde se processam experiências e se produzem subjetividades” (Brenner; Dayrell; Carrano, 2008, p. 30).

Essas “brechas de lazer” (Silveira, 2019, p. 201), não previstas no projeto político-pedagógico ou na organização do recreio, eram informalmente constituídas pelos adolescentes em diferentes tempos escolares, em especial no recreio, e se manifestavam, no sentido proposto por De Certeau (2003), como “procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) [que] jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam a ela a não ser para alterá-los” (De Certeau, 2003, p. 41), se tornando “maneiras de fazer” que modificam, mesmo que apenas temporariamente, o significado imaginado pelos adultos.

Em momentos excepcionais, outras possibilidades emergiam no recreio, como a presença de um DJ, no dia da abertura da Liga de Futebol da escola, e a presença de um representante de um projeto denominado “Separa seu lixo pra mim”, que incentivava estudantes a trazerem materiais recicláveis de casa e disponibilizava o acesso a uma rede de Wi-Fi para os estudantes.

O pátio de entrada próximo à portaria era um espaço ocupado predominantemente por estudantes com deficiência e seus respectivos auxiliares de inclusão, onde conversavam, riam e tomavam sol nos bancos de cimento, indicando uma inclusão precária desses sujeitos nos tempos de recreio.

Adolescentes e o recreio: possibilidades, sentidos e reivindicações

Para a maioria dos participantes da pesquisa, o recreio era compreendido como momento de descanso e relaxamento, de divertimento e zoação⁶, de sociabilidade, tempo livre e de lazer, em que podiam ficar vinte minutos fora da sala, realizar práticas digitais (jogos em celulares e notebooks e redes sociais), dançar, ouvir música, jogar baralho, jogar bola, desenhar, louvar e ouvir hinos (músicas religiosas) e lanchar.

Os adolescentes pesquisados indicaram um alto interesse nas práticas digitais, especialmente as redes sociais na internet e os jogos em celulares ou notebooks. Em vários momentos da pesquisa, reivindicavam o uso do Wi-Fi no recreio e demandavam ocupar a sala de informática da escola. A estreita relação dos adolescentes com as práticas digitais no tempo de recreio, todavia, não significa que tais sujeitos sejam nativos digitais, competentes na compreensão de riscos e consequências de tais práticas, como discutem Silveira e Fortes (2019), indicando um rico espaço (ainda pouco explorado) de mediações da escola que provoquem a reflexão sobre os usos das mídias digitais.

O recreio era, ainda, percebido como um período de alívio das atividades de sala de aula, em que, segundo eles, podem “descansar a mente”, “distrair” e “tranquilizar”. Ao descansar e relaxar, para um desses estudantes, o recreio era como uma pausa para se preparar para as aulas dos próximos horários em busca de reduzir a tensão e manter o interesse nas aulas. Certos participantes da pesquisa indicaram que escolhiam descansar no recreio, e alguns deles procuravam ocupar espaços tranquilos e confortáveis para se acomodar.

Outros adolescentes reivindicavam um aumento do tempo de recreio. Segundo o parecer da CNE/CEB de 2003, existe um indicativo de que o recreio tenha uma duração equivalente a 1/6 da carga horária das atividades realizadas até o momento do recreio,

⁶ Entendemos a “zoação” a partir de Nogueira (2006), como algo que se apresenta na interação entre adolescentes e outros sujeitos, para “Dar um outro sentido ao que se passa no interior da escola, acrescentando-lhe novas dinâmicas, investindo em atuações não prescritas aos papéis de aluno que não são, entretanto, de todo descartados” (Nogueira, 2006, p. 113).

sendo assim “10 minutos [de recreio] para 60 [minutos de atividades em sala], ou 20 para 120, ou 30 para 180 minutos” (s/p). O recreio da escola pesquisada se enquadra nessa indicação, contudo, como relata a entrevistada A:

O recreio é um tempo muito pequeno, são só 20 minutos, então, é o tempo de você ir ao banheiro, beber água, conversar um pouco com seus amigos que não estão na sala. Assim, em tese, né, mas no recreio não dá pra fazer várias coisas, várias atividades em si.

No estudo de Fernandes (2015), estudantes também indicavam que o tempo não era suficiente, uma vez que “Comer, brincar e ir ao banheiro em quinze minutos torna-se uma tarefa difícil, que exige várias estratégias para a sua realização” (Fernandes, 2015, p. 102). Na escola pesquisada, com vinte minutos de recreio, a participação efetiva de funcionários e docentes já apresentava o desafio de reorganização de carga horária de trabalho (provavelmente significando a necessidade de mais profissionais), principalmente no caso dos docentes. O aumento do tempo de recreio exigiria, em primeiro lugar, a solução dessa precariedade de recursos humanos.

Resolvidas essas questões de ordem administrativa, o diálogo com os estudantes, a realização frequente de reuniões para discutir as possibilidades de resolução de questões de organização do recreio, como sugere o estudo de Andrade (2020), entre outras possibilidades de valorizar a autonomia dos estudantes, seriam caminhos interessantes para a constituição do recreio nas escolas como tempo/espço de experiência coerente com os princípios de formação humana da escola

Outra demanda de mudança do recreio se referia aos espaços disponíveis. Nessa direção, alguns estudantes apresentavam o desejo de ocupar a biblioteca, o estacionamento, a sala de aula, a sala de vídeo (auditório) e a sala de informática, locais interdi-

tados durante o intervalo. Desses espaços, a biblioteca apareceu recorrentemente como um espaço desejado e necessário para o recreio. Como a biblioteca se encontra no segundo andar, espaço fechado durante o recreio, estudantes sugeriam duas estratégias para acessá-la: a primeira por meio de “passe livre para alunos confiáveis” e a segunda através de um “sistema de fichas para aqueles que querem, gostam e são confiáveis para acessar a biblioteca”.

Tais expressões dialogam com a resposta de um estudante, que percebia a escola como uma prisão, e de outro que relatou que um dos problemas do recreio é o roubo. Na pesquisa, a desconfiança dos adultos em relação aos adolescentes apareceu como fator importante na organização do recreio. Uma organização, em que as interdições se destacam, leva a refletir sobre o fato de que, quando proibições e restrições são as únicas estratégias de enfrentamento das demandas e desejos, bem como dos conflitos de adolescentes, reforça-se o risco de esses sujeitos se tornarem cada vez mais objetos de fala (e de decisões) dos outros do que pessoas com direito a se expressar e com crescente autonomia e responsabilidade para decidir e se transformar (Livingstone; Third, 2017).

Como destacam Valkenburg et al. (2013), as estratégias de mediação de que os adultos lançam mão podem ser comunicadas em diferentes estilos (estilo que valoriza a autonomia ou estilo inconsistente/controlador), havendo evidências de que aquele que estimula a autonomia é o mais bem-sucedido na formação desses sujeitos.

Outro desejo de mudança no recreio se relacionava à prática do futebol. Da mesma forma que no estudo de Gonçalves e Fraga (2005), os meninos ocupavam com mais frequência a quadra com o futebol do que as meninas, o que apareceu com destaque nas entrevistas. Nesse sentido, a estudante A sugeriu como possível solução a reserva da quadra em um dia da semana para a prática exclusivamente feminina; o estudante B sugeriu a fruição da quadra com outras modalidades esportivas; e a estudante C propôs a reorganização dos jogos de futebol de forma que meninas e meninos jogassem juntos.

No recreio, para Cruz e Carvalho (2006), a violência e a agressão são atitudes que se expressam de diferentes formas, muitas vezes mais simbólicas do que físicas, o que foi possível identificar na tensão entre meninos e meninas da escola pesquisada, provocada pela disputa de poder sobre espaços e práticas. Parafraseando Wenez, Stigger e Meyer (2013), que estudaram a dimensão do gênero no recreio de crianças, pode-se afirmar que os adolescentes pesquisados (em especial, as adolescentes) não são tão livres quanto poderíamos acreditar, uma vez que não fazem sempre o que querem, nem podem realizar práticas em todos os espaços, constrangidos não apenas pelos adultos, mas também por outros adolescentes.

As sugestões de modificação do uso da quadra indicam que alguns adolescentes anseiam por mudanças na organização do recreio. Aparentemente, entretanto, os desejos das estudantes não eram ou não tinham como ser considerados, até pela escassez de recursos humanos para a mediação. Isso reforça a urgência de “que os tempos escolares sejam construídos por meio de um olhar mais atento aos sujeitos das práticas educativas” (Parente, 2010, p. 136).

Outra mudança demandada pelos estudantes era a ampliação da diversidade de materiais disponíveis. Entre as solicitações, destacaram-se: materiais esportivos para a prática de vôlei e peteca, e bolas com mais qualidade; materiais para prática de jogos e brincadeiras como corda, bambolê, baralho, jogos de mesa e totó; livros para leitura; aparelho de som para colocar música; computadores e materiais para desenho e pintura. A escola tinha a maioria dos materiais demandados pelos estudantes, mas eles tinham o uso restrito às aulas, possivelmente em função do desgaste e da indisponibilidade de materiais para as aulas caso fossem emprestados para o recreio.

Além das demandas, os estudantes destacaram a presença de duas possibilidades de relações no recreio: a relação estudante-estudante e a relação estudante-educador⁷. Nelas, sugerem que a relação estudante-estudante ocorre de forma potente, a

⁷ Educador entendido como qualquer sujeito que se relaciona com estudantes na escola (porteiro, faxineiro, docente etc.)

partir das amizades e da zoação, apontando que a ausência de socialidade poderia tornar o recreio sem sentido, mas também apontam as brigas e os conflitos que acontecem no recreio como um problema (aparentemente, sem a mediação de educadores da escola quando acontecem). Sobre a relação estudante-educador, os adolescentes percebiam a possibilidade de construção de vínculos positivos, a partir da preocupação com o bem-estar dos estudantes no recreio, mas também demonstravam incômodo com a posição de alguns educadores como censores, que por vezes desacreditavam os estudantes como sujeitos potencialmente autônomos e responsáveis.

Por fim, mas não menos importante, havia estudantes que compreendiam o recreio como perda de tempo, criticando a organização e sugerindo a diminuição do tempo como solução. Essa crítica dizia respeito, por um lado, à falta de sentido do recreio por não ser um momento produtivo e, por outro lado, à impossibilidade ou desvalorização de certas práticas culturais como basquete, peteca, totó, leitura, desenho, dança, música, entre outras, que permaneciam invisibilizadas pela forma de organização do recreio.

Conclusão

A presente pesquisa nos leva a refletir sobre o processo de constituição, planejamento e mediação do recreio, na esteira do parecer CNE/CEB 02/2003. Nesse sentido, e pensando a ampliação de oportunidades de formação humana e de experiências culturais, parece importante refletir sobre a afirmação de Faria Filho (2000) de que o que se faz durante os tempos escolares é um objeto em disputa e a maneira “como se gasta ou usa o tempo de estada no espaço escolar é o que cada vez mais se põe em xeque à medida que se alteram as demandas sociais” (Faria Filho, 2000, p. 32). Na escola pesquisada, há uma óbvia disputa entre adolescentes e a escola sobre o que significa o tempo do recreio, assim como há uma tensão entre as possibilidades apontadas pelo citado parecer e a limitação de recursos humanos da instituição.

Andrade (2020) afirma que é necessário que a escola se mobilize para “problematizar junto a toda sua comunidade o cará-

ter educativo do recreio e como sua forma de organização pode influenciar as experiências nele vividas” (Andrade, 2020, p. 65). É importante, além disso, que tal problematização leve em consideração a ideia de que o recreio pode ser pensado em uma lógica de organização diferente daquela dos tempos de aula (Silveira; Rafael; Rocha, 2020), numa perspectiva de ampliação da autonomia dos adolescentes, sem, entretanto, deixar de ter em conta a limitação de recursos materiais e humanos, como observado na presente pesquisa.

Do ponto de vista dos estudantes, a ampliação do tempo, dos espaços e das possibilidades de lazer e uma mudança na relação com os educadores, apareceram como demandas centrais para qualificar o recreio. Por sua vez, o recreio apareceu para os educadores mais como um “não tempo escolar”, de espera pelo próximo tempo de aula, não incluído na proposta pedagógica da escola, cuja intervenção quase que se limitava ao controle de espaços, atitudes e práticas que, de alguma maneira, incomodam o ambiente escolar. Tal controle, não conjugado com espaços de diálogo com os adolescentes sobre os sentidos do recreio, da escola e da formação humana desejada, pode abrir caminho para a burla (Silveira, 2019), em que diversos acontecimentos escapam aos olhares dos adultos, na tentativa dos adolescentes de persistir em práticas negadas pela escola.

A atenção da escola às formas de apropriação do recreio como tempo de lazer, de sociabilidade e de formação humana, pode tornar possível balizar a aprendizagem social nesse tempo pelos princípios da proposta político-pedagógica, ampliando as possibilidades de experiências e interações e evitando-se a perpetuação de exclusões, violências, discriminações, preconceitos e formas de agir não democráticas. É necessário, porém, voltar a destacar o cenário de precariedade institucional no qual o recreio se insere, para não se responsabilizar os próprios docentes ou funcionários pela insuficiência de recursos que dificulta, à escola pesquisada, uma participação mais efetiva nas questões ligadas ao recreio.

Assim, o recreio, de acordo com as normativas legais, pode ser compreendido como tempo de efetivo trabalho escolar, inclusive como parte da carga horária de 800 horas anuais letivas.

Entretanto, na escola em que ocorreu a pesquisa e, provavelmente, na maior parte da rede pública, não há estrutura suficiente, seja de recursos materiais seja de pessoal, para que o tempo de recreio seja incorporado à proposta pedagógica da escola e ao fazer pedagógico dos trabalhadores em educação. Nesse sentido, para além de uma questão apenas de ordem pedagógica, a reflexão sobre o recreio se configura também como um desafio para a gestão da educação, para a qual espera-se que a presente pesquisa contribua ao dar visibilidade ao que acontece nesse tempo escolar.

É importante destacar, ainda, que algumas questões não foram respondidas nesta pesquisa e merecem ser investigadas: O que explica a não organização de estudantes para questionar a organização do recreio? Quais estratégias podem ser construídas para lidar com os diferentes interesses, dos estudantes e da escola, nos tempos e espaços do recreio, na direção da construção da autonomia e da responsabilidade dos sujeitos? Quais são as necessidades e os desejos dos estudantes com deficiência em relação ao recreio? Essas questões provocam outras possibilidades de investigação para a compreensão do recreio como componente do tempo escolar que participa da formação dos adolescentes na escola.

Referências

- ANDRADE, S. M. B. de. **O recreio escolar como uma experiência de lazer da criança**: Entre o dito e o não-dito, o brincar e o trabalhar em uma escola pública de Curitiba/PR. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Educação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2020. 206 p. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67675>. Acesso em: 10 Ago. 2023.
- BOYD, D. **It's complicated**: the social lives of networked teens. New Haven: Yale University Press, 2014.

BRASIL, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 Jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sobre o Recreio como atividade escolar**. Parecer CNE/CEB n. 02/2003, de 19 de Fevereiro de 2003. Brasília: CNE/CEB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13249-parecer-ceb-2003>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Brasília. Resolução CNE/CEB nº 7/2010, de 14 de Dezembro de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 10 Ago. 2023.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. *In*: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

CABRITA, A. M. G. S. **Recreio: Espaço de Lazer/Tempo de Aprender**. 2005. 228 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração e Planificação em Educação, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 2005. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt/jspui/handle/11328/184>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

CRUZ, T. M.; CARVALHO, M. P. de. Jogos de gênero: o recreio numa escola de ensino fundamental. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 113-143, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/3mRLZ5JD3ybzrNmjzHCBGTm/?lang=pt>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], n. 24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

DE CARVALHO FANTONI, A.; SANFELICE, G. R. Tempo e espaço para brincar: considerações acerca do recreio escolar. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 11, n. 24, p. 169-186, 2018. DOI: 10.20952/revtee.v11i24.6897. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/6897>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

FARIA FILHO, L. M. D., & VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], v. 14, p. 19-34, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rjhxvFpJQ97LDYVjxkXybbD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

FERNANDES, J. M. **O recreio como um tempo-espaço democrático: possibilidades e limitações.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais. Goiânia: Universidade Nove de Julho (Uninove), 2015. 184 p Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1184>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. **Horizontes latino-americanos do lazer.** Belo Horizonte: Editoria da UFMG, 2012. Disponível em: http://grupootium.files.Wordpress.com/2012/06/horizontes_latino_americanos_lazer_junho_20123.pdf. Acesso em: 07 Mar. 2023.

GONÇALVES, V. P.; FRAGA, A. B. A quadra e os cantos: arquitetura de gênero nas práticas corporais escolares. **Lecturas:** Educación física y deportes, [S.l.], n. 87, p. 4, 2005. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd87/genero.htm>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

KAUARK, F. da S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da Pesquisa:** um guia prático. Itabuna: Via Litterarum Editora, 2010. 89 p.

LIVINGSTONE, S.; THIRD, A. Children and young people's rights in the digital age: An emerging agenda. **New Media & Society**, Thousand Oaks, vol. 19, n. 5, p. 657-670, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461444816686318>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

MALTA, M. **O lazer, os jovens e a escola:** territórios, acontecimentos e conhecimentos no cotidiano de uma escola pública, de ensino fundamental, no município de Belo Horizonte. Dissertação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da EEEFTO – UFMG, 2015. 93 f. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A7EJZ6>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

NOGUEIRA, P. H. de Q. **Identidade juvenil e identidade discente:** processos de escolarização no terceiro ciclo da escola plural. Belo Horizonte. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação na Faculdade de Educação da UFMG, 2006. 278 f. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-85RNBH>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

PARENTE, C. da M. D. A construção dos tempos escolares. **Educação em Revista**, v. 26, n. 2, p. 135-156, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/NbYy4wBsgKTJsyJTbDLsL3C/?lang=pt>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

PEREIRA, B.; NETO, C. & SMITH, P. Os Espaços de Recreio e a Prevenção do “Bullying” na Escola. *In*: NETO, C. (Ed.) **Jogo e Desenvolvimento da Criança**. Cruz Quebrada: MH edições, 2003.

PRATES, V. T. S. **Recreio, que espaço é esse?**. Trabalho de Conclusão de Curso para Graduação em Pedagogia Licenciatura na UFRGS. Porto Alegre, 43 f, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/39553>. Acesso em: 06. Out. 2023.

RECHIA, S. O jogo do espaço e o espaço do jogo em escolas da cidade de Curitiba. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 91-104, 2006. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/93>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

SILVA, A. C. C. da. **Infâncias em vinte minutos!**: histórias de reivindicação, insistência, resistência e (re)invenção no recreio escolar. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação – UFRGS, 157f, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/63170>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

SILVA, F. de C. T. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 22, n. 28, p. 201-216, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/w6kj5hdSGVRnhRWTVP68D3P/?lang=pt>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 17, n. 2, 2009. Disponível em: <https://fabioperiandro.adv.br/wp-content/uploads/2021/02/Adolescencia-e-juventude-entre-conceitos-e-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

SILVEIRA, G. C. F. **Entre celulares, tablets, consoles e computadores**: práticas digitais de adolescentes de uma

escola pública de ensino fundamental. Belo Horizonte. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da EEEFTO – UFMG, 249f. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31386>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

SILVEIRA, G. C. F.; RAFAEL, L. S. A.; ROCHA, A. M. Recreio e Lazer: Uma reflexão a partir de duas experiências escolares. *In: Coletânea XIV Encontro Internacional Científico Otium e Congresso Iberoamericano de Estudos do Lazer, Ócio e Recreação*, 2020, Belo Horizonte, UFMG/EEFTO. Disponível em: <https://cdn.congresse.me/7iwkkfkvai4q|2se28k76n9pneps>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

SILVEIRA, G. C. F.; FORTES, R. Letramento digital: Entre a apropriação e a proibição das práticas digitais de lazer na formação de adolescentes. *In: Lazer, práticas sociais e mediação cultural*. GOMES, C. L.; DEBORTOLI, J. A.; SILVA, L.P. Campinas, SP. Editora Autores Associados, p. 55-73, 2019.

SIMMEL, Georg. The sociology of conflict. I. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 9, n. 4, p. 490-525, 1904. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/211234>. Acesso em: 10 Ago. 2023.

STEINBERG, L.; SILK, J. S. Parenting adolescents. *In: BORNSTEIN, M. H. (ed.). Handbook of parenting: Children and parenting*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2002.

VALKENBURG, P. M. *et al.* Developing and validating the perceived parental media mediation scale: a self-determination perspective. *Human Communication Research*, Oxford, v. 39, n. 4, p. 445-469, 2013. Disponível em: https://www.pattivalkenburg.nl/images/artikelen_pdf/Valkenburg_et_al_2013_perceived_Parental_Mediation_Scale_Self_determination.pdf. Acesso em: 10 Ago. 2023.

WENETZ, I.; STIGGER, M. P.; MEYER, D. E. As (des)construções de gênero e sexualidade no recreio escolar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 27, n. 01, p. 117-128, Abr. 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-46902013000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 Fev. 2013.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.